RECOMENDAÇÃO: VALORIZAÇÃO DOS BOMBEIROS E OUTRAS MEDIDAS MITIGADORAS PARA ELIMINAÇÃO DOS INCÊNDIOS

O fogo voltou a lavrar em Portugal, particularmente no Centro e Norte do País, e com uma intensidade e uma dimensão dramáticas, trágicas...

Manifestamos, hoje, nesta Assembleia o nosso mais profundo pesar pelas vítimas e todos os atingidos, algumas delas mortais, designadamente os bombeiros que faleceram no cumprimento da sua missão cívica. É ainda justo um sublinhado de apreço e gratidão pelo empenhado trabalho dos agentes de Proteção Civil, que ajudam no combate aos fogos, nas operações de rescaldo e na defesa das populações.

Não desvalorizando as condições climatéricas excecionais que se viveram nestes dias fatídicos, esta vaga de incêndios traz uma vez mais à evidência as fragilidades do sistema de Proteção Civil do nosso país, na prevenção e no combate, com uma **clara insuficiência de meios humanos, técnicos, materiais e logísticos** que, para além de sucessivas doses de propaganda, não só não tem sido corrigida como se agrava. Estamos perante uma nova Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que o PCP contestou, concebida principalmente a pensar no acesso a fundos europeus, e **insiste na subalternização dos bombeiros, ignorando que são estes que garantem mais de 95% das missões de socorro no País. É urgente a valorização dos Bombeiros no nosso país!**

Na sequência dos incêndios de 2017, o governo do PS apressou-se a anunciar um pacote de medidas e levou por diante uma profusão de legislação a que apelidou de a "maior reforma desde D. Dinis", mas que, na realidade, não está concretizada nem total nem parcialmente!

A verdade é que sete anos depois, as propostas da Comissão Técnica Independente então criada no âmbito da Assembleia da República foram em larga medida desconsideradas e, no plano da floresta, está à vista de todos o abandono a que foram votadas as áreas ardidas.

Mais de uma década depois, o Cadastro da Floresta está por concluir; os apoios aos baldios estão bloqueados há mais de um ano; já para não falar dos cortes brutais nas ajudas comunitárias.

As equipas de sapadores florestais continuam a não ser formadas na quantidade necessária, que estava identificada há dez anos atrás. A utilização do fogo controlado para redução dos combustíveis é residual. Os apoios públicos são na sua esmagadora maioria para as zonas

de latifúndio onde os incêndios florestais têm menos impactos. Os serviços do Estado, designadamente os ligados à Floresta, foram e são esvaziados de quadros e de meios, separando-se as florestas da área agrícola (como fez o PS), como se estas duas dimensões não estivessem ligadas! Não negando origens criminosas, que devem ser apuradas e tratadas no quadro legal em vigor, e rejeitando linhas de acusação à pequena e média agricultura, a verdade é que a brutalidade da dimensão dos incêndios florestais está profundamente ligada a décadas de política de direita no plano nacional, alinhada com a Política Agrícola Comum. Opções erradas levaram e levam à destruição de centenas de milhar de explorações agrícolas com o consequente despovoamento e a substituição por matos ou monocultura de eucalipto. As terras estão abandonadas e é por isso que arde o país!

A dimensão da destruição a que assistimos nestes últimos dias é alarmante: vidas humanas, habitações, indústrias e equipamentos coletivos, floresta e biodiversidade, explorações agrícolas, animais, maquinaria, ...– **agora, mais do que lamentos, exigem-se apoios amplos, simplificados e de rápida concretização.**

Aquando da dolorosa experiência dos incêndios de 2017, foi aprovada uma lei de apoio às vítimas a partir de uma proposta do PCP que pode e deve ser uma base de trabalho para a resposta que se exige agora. Ou seja: sem prejuízo da intervenção dos seguros onde houver lugar a isso, obviamente, o Estado Português tem de assumir de forma rápida e ágil:

- a reconstrução das casas de primeira habitação e apoios às de segunda habitação;
- apoios ao restabelecimento do potencial produtivo na agricultura e na indústria;
- apoios à perda de rendimento, particularmente aos pequenos e médios agricultores;
- apoios à alimentação animal;
- a retirada da madeira, impedindo a especulação e assegurando preços justos;
- apoio à reconstrução de equipamentos coletivos;
- e, muito importante, apoios às corporações de bombeiros.

Há estudos, relatórios e conclusões tiradas, o que faz falta, e de uma vez por todas, é concretizar essas mesmas conclusões. Este é o momento de fazer opções: ou se defende uma das maiores riquezas do País, que é a floresta, ou se garante que esta vai continuar nas mãos dos grandes interesses da indústria de celulose e das cortiças. Defender a floresta é

defender as populações e o País, é criar as condições para que o drama a que assistimos não se repita.

A afirmação recorrente de que depois de 2017 ninguém se preocupou com os problemas da Floresta e da Protecção Civil não é verdadeira: o PCP têm tido uma ação, intervenção e propostas no sentido de resolver este problema, nomeadamente em sede de Orçamento do Estado, e que foram sucessivamente rejeitadas por PS, PSD, CDS, Chega e IL.

Reiterando a solidariedade para com todos os atingidos, alertamos que, a não serem tomadas as medidas indispensáveis, tragédias desta natureza continuarão a repetir-se. E, Portugal não pode estar condenado a assistir às chamas que destroem o País.

Mais do que novos anúncios sobre o que já está anunciado e o que está decidido e é preciso cumprir impõe-se a aplicação urgente de medidas.

Assim a AMB, reconhecendo e valorizando o papel dos bombeiros e a necessidade urgente de medidas que evitem novas tragédias como as que temos assistido, ano após ano, recomenda ao governo:

1. O reconhecimento do Estatuto Social do Bombeiro, um passo indispensável para a dignificação da sua função, atribuindo-lhes a condição de profissão de risco e desgaste rápido com o que daí resulta, com mecanismos de prevenção e compensação ou a redução da idade para a reforma.
2. A intervenção no preço da madeira, garantindo aos produtores capacidade de gestão da floresta;
3. O apoio ao desenvolvimento da pequena e média agricultura e da agricultura familiar, permitindo a fixação das populações no mundo rural, com os serviços públicos e emprego de qualidade;
4. A concretização da Lei de Bases da Floresta e dos Planos Regionais de Ordenamento da Floresta, (que nunca mais saem do papel para o terreno);
5. O reforço orçamental dos serviços do Estado, desde logo do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta;
6. O avanço com a concretização, no mínimo de 500 equipas de sapadores florestais, assim como com a reconstituição do Corpo de Guardas Florestais, com o aumento significativo dos seus efetivos;

7. A garantia condições de comando aos bombeiros e às suas associações para que cumpram a sua missão, evitando perdas de eficácia na sua intervenção.

BRAGA

O Grupo Municipal da CDU Braga, 30 de setembro 2024